

O MUSEU “ACHADO NA RUA OU NO RIO”: REFLEXÕES EM TORNO DE EXPERIMENTOS DOCENTES¹.

THE MUSEUM “FOUND IN THE STREET OR IN THE RIVER”: INSIGHTS INTO TEACHING EXPERIMENTS

Ângelo Emílio da Silva Pessoa²

Resumo: O presente artigo propõe-se a estabelecer um diálogo entre o ensino de história, no âmbito das licenciaturas, e sua interação com museus e o patrimônio de maneira geral. O foco está na dimensão urbana e em seus marcos de referência, na busca de quebrar fronteiras entre museus e ruas, com ênfase no exercício do olhar histórico, que indaga, questiona, problematiza, contextualiza, relaciona. Dessa forma, entende-se a fruição do espaço urbano, museal ou não museal, como território de incursões que estimulem esse olhar. De maneira mais específica, traz uma série de experiências realizadas na cidade de João Pessoa e seu entorno, a partir das práticas na disciplina Laboratório de Ensino de História I (Patrimônio e Memória), da Universidade Federal da Paraíba, discutindo de forma sucinta sua implantação e dinâmica e uma série de experiências com Estudos do Meio voltados para o estímulo à construção coletiva desse olhar pelos participantes. Lugares como ruas, bens patrimoniais tombados, o Estuário de um rio, instituições culturais e museológicas e eventos, como uma observação de um fenômeno astronômico no século XIX em uma capela de uma comunidade de pescadores, estão entre as atividades realizadas, após as quais são trazidas algumas falas, a fim de apontar algumas percepções elaboradas pelos participantes. Busca-se reconhecer as necessárias ligações entre a pesquisa e o ensino de história e as dimensões patrimoniais e museológicas, bem como observar as peculiaridades dos espaços. Principalmente, procura-se trazer o olhar “de fora” do docente e dos estudantes que visitam esses espaços, de forma a buscar uma rede de diálogos entre os distintos sujeitos da educação e do campo patrimonial.

¹ Esse artigo é a súmula de um conjunto de experiências, intituladas “Fora das paredes, com as portas destrancadas e as janelas escancaradas: a cidade como museu e o museu na polifonia da cidade”, apresentadas de forma substancial como fala na 22ª Semana Nacional de Museus, realizada na Fundação Casa de José Américo (João Pessoa-PB), em 14/05/2024, e no Seminário Anísio Teixeira, com o tema “Memória, História da Educação e Patrimônio Educacional”, promovido pelo PPGE-UFRJ, em 23/05/2024, muito embora traga algumas questões pontuais posteriores a esse período, chegando ao início de 2025.

² Professor Associado do Departamento de História, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e dos Programas de Pós-graduação em História (PPGH) e de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). *Brief resume: Associate Professor in the Department of History at the Federal University of Paraíba (UFPB) and in the Graduate Programs in History (PPGH) and in History Teaching (ProfHistória). Holds a PhD in Social History from the University of São Paulo (USP).* E-mail: angelopessoa@gmail.com.

Palavras-chave: Ensino de História; Patrimônio Cultural; Museus; Cidade; Estudos do Meio.

Abstract: The purpose of this article is to establish a dialogue between history teaching in undergraduate programs and its connection with museums and heritage in general. It focuses on the urban dimension and its landmarks, aiming to break down boundaries between museums and streets. It highlights the exercise of a historical perspective that investigates, interrogates, problematizes, contextualizes, and creates connections. Thus, the enjoyment of urban space, whether museum or non-museum, is understood as a territory for incursions that stimulate this perspective. More specifically, it presents a series of experiences conducted in the city of João Pessoa and its surrounding area, based on the practices of the History course at the Federal University of Paraíba. It briefly discusses its implementation and operational aspects, as well as a series of Environmental Studies experiences aimed at encouraging the collective construction of this perspective by participants. Places such as streets, listed heritage sites, a river estuary, cultural and museum institutions, and events, such as the observation of a 19th-century astronomical phenomenon in a chapel associated to a fishing community, are among the activities carried out. Finally, some participants' statements are presented, with a view to emphasize some of the participants' perceptions. The aim is to recognize the necessary connections between history research and teaching and the heritage and museum dimensions, as well as to observe the peculiarities of the spaces. But, most importantly, to bring the "outsider" perspective of the teacher and the students who visit these spaces, in order to foster a network of dialogue between the different stakeholders in education and the heritage field.

Keywords: History teaching; Heritage; Museums; City; Environmental studies.

1. INTRODUÇÃO

Já contei em outro lugar o episódio: eu estava acompanhando, em Estocolmo, Henri Pirenne. Mal chegamos, ele me diz: "O que vamos ver primeiro? Parece que há uma prefeitura nova em folha. Comecemos por ela." Depois, como se quisesse prevenir um espanto, acrescentou: "Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida." Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador (Bloch, 2001, pp. 65-66).

Nesta linha, o objeto de um museu de cidade tem que tomar a cidade como forma, como lugar de ação de forças sociais e como imagem. Em todos os casos, o objeto do museu é o que a cidade é, enquanto fenômeno que a análise científica recupera e interpreta. Isto significa, entre outras consequências, que não se pode excluir a cidade de hoje, a qual por sua vez, só é inteligível dentro de uma perspectiva histórica (Menezes, 1985. p. 200).

Este artigo tem por finalidade discutir experiências didáticas no campo da história, em relação dialógica com os museus e patrimônios, no sentido de “borrar fronteiras” em busca de um aprendizado comum.

De antemão, as ditas atividades dizem respeito às práticas de formação de futuros docentes na disciplina Laboratório de Ensino de História I (Patrimônio e Memória), do curso de licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba, realizadas desde o ano de 2020, quando da sua implantação no Projeto Pedagógico de Curso.

Sumariamente, essa disciplina pretende contribuir para um aprimoramento no campo das práticas de formação docente, alicerçada na interação com discussões que tangenciam os campos patrimonial e museológico, trazendo não apenas referências teóricas desses campos para a formação de futuros historiadores, mas também familiarizando junto a essas discussões um conjunto de práticas voltadas para o futuro exercício da docência.

O título proposto faz uma menção indireta ao livro *O Direito Achado na Rua*, de José Geraldo de Souza Júnior, que propõe uma abordagem da formulação do direito a partir das lutas populares como sua fonte legítima e precípua. Queremos aqui propor, em relação às discussões patrimoniais e museológicas, a ousadia de um “olhar de fora”, um olhar aprendente, que visa pensar essas questões a partir do não especialista e de discentes futuros docentes, que lida com a fruição dos bens museológicos e patrimoniais como fontes de leituras de si e do mundo.

Portanto, a ideia de “achar o museu (e o patrimônio) na rua e no rio” explica-se, no texto, a partir do princípio de que pretendemos expor uma série de experiências realizadas com diversas turmas de graduação ao longo desses anos, e apresenta algumas constatações e breves testemunhos por parte dos participantes.

Antes de prosseguirmos, esclarecemos que refutamos quaisquer clivagens no campo do conhecimento histórico entre a busca de um rigor científico e a sensibilidade que deve estar aguçada para a percepção do “humano”, tal como nos recomenda um dos maiores mestres na arte da ciência histórica³:

o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens.[...] Resguardemo-nos de retirar de nossa ciência sua parte de poesia. Resguardemo-nos sobretudo, já surpreendi essa sensação em alguns, de enrubescer por isso. Seria uma espantosa tolice acreditar que, por exercer

³ Essa feliz formulação de “arte da ciência histórica” devemos ao estudante Josué Guilherme de Oliveira Silva em discussão acerca da referida obra, em aula no curso de licenciatura, a quem não podemos deixar de registrar a autoria.

sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, ela devesse ser menos capaz de satisfazer também nossa inteligência (Bloch, 2011. p. 44).

Postas essas considerações iniciais, sigamos com a discussão.

2. Uma disciplina e os desafios de sua implementação e práticas

Como dito, a implantação recente da disciplina de Laboratório⁴ gerou um rol de expectativas e desafios, uma vez que implicava uma dimensão prática mais efetiva e questões conceituais, didáticas/avaliativas e logísticas menos familiares aos docentes e discentes envolvidos. Entretanto, eram envolvidos de reconhecida importância nesse processo formativo mais amplo. Isso levou a três eixos de ação.

Em relação aos aspectos mais propriamente conceituais, partimos⁵ para a definição de um conjunto de leituras que introduzissem as questões referentes a patrimônio e memória, ampliando o escopo da formação do licenciado em História, futuro docente na disciplina. Para tanto, houve um detido trabalho de definição de uma estrutura geral do Plano de Curso que contemplasse os seguintes pontos: introdução conceitual mais geral às discussões patrimoniais, relações complexas entre história, memória e patrimônio, políticas patrimoniais no Brasil e as relações entre Patrimônio e Educação, com a emergência de questões de âmbito museológico nesse momento. Nos dois primeiros semestres, essa parte era complementada com palestras sobre temáticas e experiências referentes a patrimônio e museologia, por parte de profissionais convidados (remotas ou presencialmente), que, posteriormente, tiveram de ser suprimidas devido ao problema de compatibilização de calendários e agendas, bem como de carga horária da disciplina e da necessidade de disponibilidade de tempo hábil para as atividades de campo.

Em relação à implementação didática/avaliativa das diretrizes gerais acima, além dos usuais momentos de leitura e debate de textos, definiu-se a realização de duas oficinas de

⁴ Cumpre, apenas a título informativo, indicar que a esse seguem-se outros dois Laboratórios de Ensino de História, o II (Linguagens Historiográficas) e o III (Materiais Didáticos).

⁵ Esse trabalho foi realizado em comum com a professora Cláudia Engler Cury, com quem a disciplina foi partilhada em semestres alternados entre 2021 e 2024. A ela deve-se parte importante das formulações comuns, apesar de cada docente ter mantido algumas especificidades nas suas práticas concretas e a matéria deste artigo se referir mais à experiência do docente autor. É importante frisar, mais recentemente, a relevância de uma monitoria ativa na disciplina, que contribuiu substancialmente com as discussões e tarefas organizativas. Em 2024 foram monitores Breno Miguel Miranda Machado, Vitória Kaylany dos Santos Silva e Vítor Vieira Juvino. Em 2025 Carla Keuren Nunes Sousa e Isabela Vitória França de Souza também participaram, aos quais se somou o estagiário docência do PPGH-UFPB Jefferson Bezerra Passos Botelho. A contribuição de todos eles é digna dos maiores reconhecimentos.

trabalho. Uma foi ministrada próximo ao início do semestre letivo, em torno da temática “Patrimônios, Memórias e História: territórios em disputa”, na qual seriam trazidos pontos de problematização acerca de questões patrimoniais, a partir de escolha dos grupos, com base nas leituras e discussões prévias, que mostrassem os embates no campo patrimonial (e museológico, nesse âmbito). Já a segunda oficina, no encerramento da disciplina, contemplava a elaboração de propostas de Estudos do Meio em torno de bens patrimoniais.

Fechando essa dimensão propriamente didática/avaliativa, a realização dos Estudos do Meio no decorrer do semestre visava a consubstanciação prática das discussões em âmbito da sala de aula, sistematizadas por relatórios de atividades elaborados pelos discentes e componentes da dimensão avaliativa.

Por fim, a busca de soluções práticas para a logística de deslocamento de turmas fora do espaço universitário – um aspecto sempre desafiante – e a luta por recursos e meios para tal, implicou um investimento coletivo por parte de docentes e discentes envolvidos. Nesse particular, as leituras preparatórias sobre os Estudos do Meio frisaram esse ponto em comum com a dimensão mais propriamente conceitual.

Sobre o primeiro eixo, estabeleceu-se o desafio de trazer aos estudantes uma série de questões acerca de patrimônio e memória em relação às quais eram pouco afeitos. Por ser uma disciplina de segundo semestre letivo, ainda no bojo do processo de familiarização de recém-egressos do ensino médio com o ritmo acadêmico e as atividades e discussões próprias desse espaço, isso implicou uma constante adaptação e diálogo. Assim, a introdução de questões referentes ao patrimônio teve de lidar com percepções às vezes cristalizadas de patrimônio como “coisas antigas”, geralmente construções e monumentos do passado ou, por sua vez, museus vistos exclusivamente como repositórios de objetos antigos, raridades. Alguns estudantes tiveram experiências com educação patrimonial na educação básica, e trouxeram uma visão mais abrangente das questões postas.

Ainda, as discussões sobre memória envolveram suas dimensões dialéticas e mesmo conflitivas, que implicavam definições mesmo de patrimônio e dos diversos significados das políticas patrimoniais. As primeiras leituras revelaram certas surpresas e as oficinas delas decorrentes trouxeram temáticas sobre temas sensíveis, como impactos do turismo sobre conjuntos urbanos e ambientais; disputas memoriais envolvidas com conflitos políticos, religiosos, étnico-raciais; relações entre as dimensões materiais e imateriais do patrimônio; complexidade dos espaços museais e dos monumentos etc.

No conjunto dessas discussões, causaram bastante impressão as considerações de Paoli, em evento sobre patrimônio no início da década de 1990. Elas demarcaram um importante avanço das discussões àquele momento, relacionando de maneira decisiva as reflexões patrimoniais com a construção da cidadania, num país que pensava emergir de um sombrio passado excludente e autoritário. Afirmava-se o patrimônio como um “direito”, o que mantém uma atualidade notável, não obstante as três décadas que nos separam desse pronunciamento, quase um prenúncio.

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. [...] Por isto, inventa novos meios de operar e de se produzir como espaço público, onde possam estar inscritas todas as significações de que é feita uma cidade (Paoli, 1991. pp. 27-28).

Posto isso, tratamos de questões mais atinentes à educação patrimonial e aos processos de observação histórica a partir dos Estudos do Meio. É indispensável apresentar aqui algumas considerações de Jean-Nöel Luc sobre essas questões:

A aproximação histórica ao meio define essencialmente um “processo de observação”, um “estado de ânimo”, um “modo de investigação do real”, e não um meio particular. “O importante está em tua observação, não na coisa observada”. Se se aceita uma definição ampla da noção de vestígios do passado e de fontes históricas, todos os meios são virtualmente utilizáveis (Luc, 1981).

No bojo disso, também recorremos a Chagas para as nossas considerações acerca dos museus, bem como a Bittencourt para a relação entre as aulas de história e as visitas a espaços museais.

Inicialmente, Bittencourt alerta os docentes sobre a perspectiva de trabalho em/com museus a partir da preocupação em construir com seus alunos conhecimentos históricos os mais diversos numa chave de leitura plural.

As visitas aos museus merecem atenção, para que possam constituir uma situação pedagógica privilegiada com o trabalho de análise da cultura material, em vista da compreensão da linguagem plástica.[...] A potencialidade de um trabalho com objetos transformados em documentos reside na inversão de um “olhar “e curiosidade” a respeito de “peças de museu” – que, na maioria das vezes são expostas pelo seu valor estético e

despertam o imaginário de crianças, jovens e adultos sobre um “passado ultrapassado” ou “mais atrasado – em “um olhar de indignação”, de informação que pode aumentar o conhecimento sobre os homens e sobre sua história (Bittencourt, 2011, p. 355).

Chagas, por sua vez, nos alertou para o passado celebrativo muitas vezes exposto em museus, estabelecidos muitas vezes em torno de uma memória asséptica do nacional – e, diríamos aqui, do local –, numa espécie de sonho civilizatório. Assim:

Mas quem sonha? As elites aristocráticas tradicionais é que sonham o sonho de um nacional sem nenhum sinal de sangue, sem a presença da cultura popular, dos negros aquilombados, dos índios bravios, dos jagunços revoltosos, dos fanáticos sertanejos, dos rebeldes que não têm terra, mas têm nome, família e um cachorro preto (Chagas, 2015, p. 47).

No entanto, outros sonhos disputam esse campo onírico e outras vozes do passado e do presente estão nas ruas do país e da cidade, para além dos salões elegantes. Desse modo, tomamos aqui, de maneira bastante larga, a ideia de cidade e seus arredores como espaços patrimoniais e museais para as nossas finalidades de formação docente. Certamente, a latitude proposta corre o risco de dissolver tudo numa massa indistinta, mas é por essas ruas que iremos andar e por essas águas que iremos navegar, literalmente.

3. Das experiências feitas

Postas as premissas das leituras e discussões realizadas, passamos mais diretamente às experiências que ocorreram nos diversos espaços urbanos e no seu entorno. Inicialmente, deslocando um pouco a premissa de Menezes na epígrafe – sem traí-la, esperamos –, não estabelecemos uma distinção rígida entre espaço museal e urbano como um todo, considerando que a própria paisagem pode ser fruída como um espaço museal. Isso não significa que espaços estritamente museológicos não tenham sido objeto de visitas, mas que eles foram compreendidos em suas dimensões relacionais com a própria cidade e seu entorno. Nesse sentido, a rua e a cidade são artefatos muito ricos, como um Museu sem paredes. Certamente, isso não desconsidera a peculiaridade dos espaços museais, com as constituições de seus acervos realizadas com os mais diversos critérios, mas apenas propõe um olhar histórico e museal para o espaço maior da própria cidade e entende que as forças em atuação selecionam os acervos que compõem a urbe.

A cidade objeto de nossas incursões foi João Pessoa, capital da Paraíba, e seus municípios circunvizinhos, certamente por sediar o curso e isso implicar em uma logística mais

acessível, mas também por suas características intrínsecas. A cidade que chega aos 440 anos, é dos mais antigos espaços urbanos do país e a sua disposição espacial convida para várias reflexões. Em linhas bem gerais, com cerca de 900 mil habitantes, tem um “Centro Histórico” (como se outras áreas da cidade não fossem “históricas”) tombado pelo Iphan e padecente dos processos de deterioração urbana e tentativas de gentrificação, aspectos discutidos nos debates em classe e nas atividades de campo. Também conta com bairros de expansão recente, com as contradições entre enclaves de condomínios fechados de “alto padrão” e lugares absolutamente carentes, com avultado e acelerado desmatamento de áreas verdes, degradação de pequenos rios e todo o tipo de mazelas sociais. Não apresenta um elevado número de instituições propriamente museológicas, embora nos anos mais recentes tenham sido criados um Museu da Cidade (2021), um Museu de Cultura Afro-indígena (2022), estando em vias de inauguração um Museu Histórico, mas sobre isso falaremos adiante. Ressalta-se que o atual município é a parte central do antigo município da Paraíba do Norte, fundado no final do século XVI e que contou na maior parte de sua história com a territorialidade de municípios vizinhos, emancipados em épocas distintas. Esses municípios foram tratados em conjunto, porque sua história abrange uma série de conexões que os limites municipais não apagaram e que hoje constituem uma área metropolitana comum.

Para viabilizar as atividades de campo, foram adotados os procedimentos de Estudos do Meio propostos por Bittencourt e Luc para essa finalidade. De forma sintética, foram realizadas atividades prévias, envolvendo leituras e discussões preparatórias, providências de logística e definição dos roteiros. Em seguida, ocorreu a etapa de campo, que detalharemos adiante⁶. Por fim, houve a elaboração dos relatórios como forma avaliativa, bem como a realização de uma oficina de propostas de Estudos do Meio por parte de grupos da turma, com livre escolha de espaços e temáticas, não restritas ao município de João Pessoa.

O primeiro dos roteiros foi desenvolvido a partir do final de 2021⁷, denominado “Do Rosário aos Milagres”, por abranger uma área no Centro da cidade, iniciada na Praça Vidal de Negreiros (antigo Largo do Rosário) e finalizada na antiga Bica dos Milagres. Esse roteiro é todo desenvolvido em espaços exteriores e realizado em duas etapas, com atividades de observação

⁶ Todos os roteiros estão documentados em diversas postagens no Instagram do autor, @angeloemiliopessoa.

⁷ Foi a primeira atividade presencial dos estudantes na Universidade, depois dos longos um ano e oito meses do momento crítico da pandemia e com as atividades remotas, ainda como todos os protocolos de segurança necessários, mas com uma sensação geral de surpresa pelo conhecimento pessoal dos colegas da turma e de “recuperação da liberdade”.

do espaço urbano, suas transformações e permanências. Não é dado privilégio aos “tesouros do passado”, mas à inter-relação entre as distintas temporalidades. Dessa forma, observar uma Igreja colonial barroca ou uma pastelaria chinesa tem espaço no horizonte das observações. Outrossim, não se considera a população transeunte, principalmente a mais empobrecida que por ali habita e/ou circula como “invasora” do espaço. Procura-se estimular a interação possível entre os participantes do estudo e as pessoas do entorno.

Figuras 1 e 2 – Roteiros “Do Rosário aos Milagres”, realizados em 13/11/2021 e 05/11/2022.



Fonte: Acervo do autor(a).

Sobre essa questão, inclusive, não se propõe algum tipo de clivagem entre patrimônio imaterial e material, como se houvesse alguma dicotomia e não uma relação dialética entre essas dimensões. Acompanhamos Chuva no que tange à impropriade dessa divisão.

A perspectiva teórica aqui proposta não prioriza a divisão entre cultural de natureza material e imaterial, preferindo remeter as reflexões ao patrimônio cultural [...]. É a perspectiva sócio-histórica e política que prevalece nessa análise, para uma compreensão das questões contemporâneas que envolvem toda a temática do patrimônio cultural (Chuva, 2012, p. 76).

Desse modo, por exemplo, ao lidarmos com o antigo Largo do Rosário (Praça Vidal de Negreiros), ponto de partida do roteiro e lugar onde existiu até o começo do século XX a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, temos uma situação de demolição de uma marca material da presença negra na cidade e seu apagamento, transformada, inclusive, no espaço celebrativo de um relevante personagem colonial diretamente relacionado ao poder escravista. A supressão do bem material, a Igreja do Rosário, levou à consequente supressão das manifestações imateriais da religiosidade negra no lugar, conforme diversas pesquisas

apontaram⁸. Assim, pessoas e coisas não necessariamente se opõem, mas interagem e dialogam.

Acompanhando o roteiro, um material de subsídio didático, que está em fase de elaboração, aborda desde questões propriamente operacionais, a história da cidade, temáticas pertinentes (colonização, conflitos entre europeus e povos originários, mundo do trabalho e da produção, escravidão, religiosidades, abastecimento, governança local, atividades comerciais, bens arquitetônicos, formas urbanas, diversidade cultural, conflitos sociais etc.) até propostas de atividades didáticas em torno do patrimônio, englobando uso de documentação histórica como suporte.

O roteiro seguinte nasceu de uma inquietação com certos limites da história local, em termos de uma forma redutora de abordagem. A atual João Pessoa é parte substancial do antigo município colonial da Paraíba⁹, que engloba hoje municípios circunvizinhos como Cabedelo, Conde, Bayeux, Santa Rita e Lucena. Acontece que as abordagens hoje predominantes consideram Paraíba apenas João Pessoa e, ao mesmo tempo, costumam reduzir a história dos demais municípios a *flashes* dispersos dos períodos colonial e imperial e, efetivamente, a história a partir de suas emancipações. No entanto, é possível observar que existe um denominador espacial comum a toda essa região: a várzea e o estuário do rio Paraíba, que conectaram historicamente as áreas rurais e urbanas do antigo município. Só a título de informação breve, o açúcar produzido na várzea (parte considerável em Santa Rita) era exportado pelo porto do Varadouro (João Pessoa). Assim, desconectar essas histórias é perder a sua visão de conjunto e mesmo silenciar lugares, tempos e pessoas que emergem ao adotar-se uma perspectiva mais ampla, englobando as muitas visadas históricas possíveis.

Antes de seguirmos, frisamos que adotamos aqui, embora de forma não estrita ao espaço canonicamente museológico (tomamos a liberdade de “deslizar” um pouco para fora das paredes e seguir o rumo das ruas, esperando não trair as intenções da historiadora), as

⁸ Apesar de várias pesquisas, faremos apenas menção ao livro *Liberdade interditada, liberdade reavida*, de Maria Vitória Barbosa Lima, que descortina um amplo cenário de práticas culturais e religiosas de origem africana, que demarcavam o lugar, em larga medida perdidas ou deslocadas para as margens e a invisibilidade, após a higienização” do Centro, no início do século XX. Devo essa observação mais pontual acerca da relação entre a demolição do templo e o final de várias festas negras na cidade a Hélton Cabral de Medeiros, ex-orientando de TCC.

⁹Ao longo de quatro séculos, a cidade mudou de nome por várias circunstâncias que não iremos alongar aqui, tendo sido denominada Filipéia de Nossa Senhora das Neves, Frederica, Paraíba e seu atual nome. Para o período colonial até o ano de 1930, manteremos Paraíba (o mais longevo) e só mencionaremos outro, caso necessário.

considerações de Versiani sobre a necessidade de conexão entre o patrimônio museológico e a pesquisa histórica. A autora nos lembra que a percepção dos acervos exige um constante esforço de contextualização, ou, nas suas palavras:

Contextualizar os acervos envolve o esforço de compreender os seus usos e significados até a sua transformação em patrimônio cultural musealizado, esforço que auxilia inclusive para a compreensão *do por que* esses acervos foram alçados à condição de patrimônio cultural musealizado e quais escolhas políticas sustentaram a sua preservação em museus (Versiani, 2016, p. 7).

Em termos gerais, não dá para considerar os acervos patrimoniais apenas pelas informações que eles prestam como “dados”, mas devemos questioná-los como “problemas” e a partir deles propor leituras. Além disso, pensamos que extrapolar esse espaço mais estritamente museal não contradiz os princípios propostos pela autora.

Assim, o roteiro proposto destinou-se a tentar recompor, pelo olhar histórico, o que hoje é percebido em linhas gerais como separado¹⁰. Num primeiro andamento, foi feita uma exploração com colegas de diversos vestígios coloniais na Várzea, que ainda não compuseram uma proposta mais sistemática¹¹. Já em relação ao Estuário, a proposta caminhou e passou a ser a de realizar um Estudo do Meio no estuário do Paraíba, o que redundou na atividade com o pomposo, mas divertido, nome “Expedição histórica náutico-fluvial pelo Estuário do Paraíba”. Ela foi incorporada à disciplina em 2024 e consiste em uma aula num barco, com a duração de cerca de oito horas, com um roteiro que perfaz aproximadamente 18 quilômetros entre a foz do rio e o (nome) (Varadouro), passando por lugares diversos no trajeto. Temáticas relativas à colonização, às questões socioambientais, entre outras, afloram no estudo, que também conta com um material de subsídio didático em elaboração.

¹⁰ Do século XVI até o início do XX, a maior parte das comunicações do antigo município se fazia pelo estuário do rio Paraíba, que tinha uma intensa vida fluvial. Com a expansão das malhas urbanas e rodoviárias, a desativação do antigo Porto do Capim (Varadouro) e sua transferência para próximo à foz, em Cabedelo, o rio perdeu seu caráter integrativo e ficou invisibilizado e marginalizado em relação à cidade. As populações tradicionais ribeirinhos, em boa parte vivendo da pesca artesanal, mantiveram seus modos de vida, longe das vistas dos grandes fluxos econômicos. Com a recente desenfreada expansão da malha urbana, a poluição fluvial dela decorrente e o fluxo turístico e de projetos com caráter gentrificante, essas populações têm sido ameaçadas em relação aos seus ambientes de moradia e trabalho. Tornar a ver o rio como um todo é também ver esses agentes como parte da construção da cidade.

¹¹ Desde o final de 2022 temos realizado incursões constantes na Várzea com os historiadores George Henrique de Vasconcelos Gomes, Leandro Vilar de Oliveira e Sylvia Brandão Ramalho de Brito, que por questões de logística, ainda não se consubstanciaram em materiais didáticos, mas que pretendemos produzir coletivamente nos próximos tempos.

Figuras 3 e 4 – Registros do Estudo do Meio no Estuário do Paraíba (29/03/2025)



Fonte: Acervo do autor.

Essa atividade ganhou contornos muito singulares não apenas pelos aprendizados que suscitou, mas também pelo aspecto da sociabilidade. Observamos de passagem que a maior parte dos jovens ingressantes nos cursos de graduação nos anos mais recentes teve uma experiência de afastamento do espaço presencial durante a vigência do surto pandêmico, e parte substantiva do final do ensino fundamental ou do ensino médio foram vivenciados em contexto de isolamento social. Esse ponto ainda merece melhores e mais profundas investigações, mas, durante a experiência, contamos com várias verbalizações sobre a importância que o convívio prolongado, em uma situação especial, estava trazendo para a própria melhoria da convivência e sociabilidade das turmas participantes. Como dissemos, isso demanda investigações sistemáticas, mas é perceptível esse ponto e não poderíamos deixar de destacar aqui.

O terceiro roteiro nasceu mais recentemente, decorrente de um projeto externo à Universidade, mas que se coadunou com bastante harmonia. O projeto intitula-se *Esperança no Espaço*, e parte da conexão entre a construção de um possante radiotelescópio no sertão da Paraíba, o BINGO (Baryon Acoustic Oscillations from Integrated Neutral Gas Observations – Oscilações Acústicas de Bárion de Observações Integradas de Gás Neutro), em parceria com várias universidades e países, para observação de matéria e energia escuras no universo. A esse projeto de grande escala, juntou-se um mais localizado e nem por isso menos importante, o Esperança no Espaço, que consiste na criação de um programa de construção de telescópios na Cadeia Pública da cidade de Esperança, que implica numa estimulante convergência entre a

ressocialização de apenados e a educação e divulgação científica, sendo a produção dos telescópios direcionada para instituições de ensino no Estado da Paraíba¹².

Em princípio, poderia parecer estranha a presença de historiadores e outros profissionais das ciências humanas em um projeto ligado de forma direta à astronomia, mas essa conexão se estabelece em torno de alguns eixos, a saber: a dimensão educativa e de divulgação científica, a relação com as histórias das comunidades envolvidas e a própria história da ciência na Paraíba. Portanto, esses seriam os pontos de partida de uma gama de possibilidades.

Essa conexão com a história local e seus patrimônios cultural e ambiental apareceram de maneira quase fortuita, mas significativa. Em 23 de fevereiro de 1868 ocorreu um eclipse anular do Sol. Na ocasião, o Imperial Observatório do Rio de Janeiro enviou à cidade da Paraíba do Norte (lugar para avistamento privilegiado) uma Comissão Astronômica que realizou observações na antiga Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, lugar então bastante afastado da área urbana e habitado por comunidade de pescadores. Como a Igreja¹³ e a comunidade ainda existem, hoje marcada por um espaço de acelerada urbanização, com uma valoração patrimonial cultural e ambiental, certamente se encaixava em uma atividade de Estudo do Meio.

¹² O BINGO tem financiamento do Governo do Estado e diversas parcerias internacionais. Já o Projeto Esperança no Espaço (anteriormente Bingo-Esperança no Espaço), implantado em 2024, e a ele coligado, é de iniciativa e parceria das Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES) e de Administração Penitenciária (SEAP), financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). O autor desse artigo encontra-se como bolsista no referido Projeto.

¹³ A Igreja, hoje Santuário de Nossa Senhora da Penha, é patrimônio tombado pelo órgão estadual (Iphaep) e sua romaria, também patrimônio cultural, teve sua 262ª edição em novembro de 2025.

Figuras 5 e 6 – Registros da observação do eclipse solar em 23/02/1868.



Fonte: Disponível em <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/637> e do Estudo do Meio na Igreja e praia da Penha (29/03/2025). Acervo do autor.

Isso foi enfeiado em 20 de fevereiro de 2025, quando perfaziam 157 anos da observação pioneira, em um dia dedicado a atividades em torno da astronomia no Santuário da Penha, com observações dos telescópios do Esperança no Espaço à noite, que reuniu numeroso público. No que tange à disciplina, o Estudo do Meio “Conhecendo a Penha: natureza, história, religião e ciência” foi realizado no conjunto das atividades. A turma compareceu ao lugar durante a tarde – muitos ficaram espontaneamente para as observações noturnas – e foi feito um estudo no próprio templo e em seu entorno, englobando a comunidade da Penha. Do mesmo modo, foi disponibilizado um material de suporte didático, tangenciando as questões da história do lugar, a história da ciência e da observação astronômica de 1868, a religiosidade popular, a expansão urbana, os impactos socioambientais, o turismo e o turismo de massa, entre outras.

Os espaços mais estritamente culturais ou museológicos não foram descurados ou desconsiderados, até porque não era esse o escopo da discussão proposta, mas levar esse olhar museológico para ver a cidade e o seu entorno, como ver “o Museu na Cidade”. Duas atividades envolveram esses espaços, sobre as quais discorreremos de maneira sintética.

A primeira consistiu numa visita à Academia Paraibana de Letras (APL) e ao Centro Cultural São Francisco (CCSF), que são espaços próximos e possuem acervos significativos e práticas receptivas aos visitantes. No que tange à APL, apesar de não ter propriamente uma

visita guiada, há um atendimento ao público visitante, que considera dois pontos importantes: a entidade ocupa dois casarões do século XVIII adaptados para as atuais funções, e seu acervo é de inestimável valor cultural, com destaque para a Biblioteca e o Memorial de Augusto dos Anjos, poeta paraibano e figura de grande expressividade na nossa literatura.

O CCSF está sediado no antigo Convento de Santo Antônio, da Ordem Franciscana, erigido em diversas fases entre finais do século XVI e século XVIII, sendo bem patrimonial tombado pelo Iphan. Após diversos usos, nos anos 1960 foi transformado no Museu Sacro e Escola da Paraíba, chegando à sua atual denominação. Tem uma organização de constante atendimento ao público turístico e escolar, com guias e material de apoio e divulgação.

Uma das turmas fez visitação de uma tarde às referidas instituições, na qual observou seus prédios e acervos, mas também seu atendimento educativo e as leituras propostas pelas equipes dos lugares, sintetizando as observações em formulários de relatório. Ao contrário dos demais estudos do meio, feitos a partir de planejamento docente em conjunto com as turmas e realizados de forma mais espontânea, nessas visitas o formato estava mais enquadrado nos ritmos e procedimentos das instituições visitadas, o que implica diferenças no andamento dos trabalhos. Em atividade posterior, que só poderia acontecer num sábado, a turma só pode visitar o CCSF, porque a APL não estava aberta naquele dia. Essa é uma dificuldade de monta para turmas do turno noturno, que não podem visitar as instituições em dias úteis e elas não abrem à noite.

Figuras 7 e 8 – Registros do estudo do meio realizado na Academia Paraibana de Letras e Centro Cultural São Francisco (12/04/2024).



Fotos de Aila Barros e Graziela Vieira.

Outros espaços também alvos de visitas foram a Praça da Independência, urbanizada na década de 1920 e dois casarões dessa época situados na dita praça. Hoje, os casarões abrigam o Museu da Cidade (inaugurado em 2021) e o Museu do Artesanato Paraibano Janete Costa (transformado em Museu em 2019, antiga Casa do Artista Popular, inaugurada em 2005). A

Praça foi projetada na década de 1920, pelo arquiteto Hermenegildo di Lascio, com paisagismo e arborização de Burle Marx. É espaço bem próprio para a discussão de uma projeção moderna da cidade naquela década, seguindo modelos de modernização urbana praticados em centros maiores do país e replicados em capitais de menor porte – com suas contradições entre o pretendamente moderno e suas contrafaces, de amplo estudo pela historiografia –, e reúne diversos monumentos em homenagem à Independência e a personalidades locais, bem como um coreto de grandes proporções.

O Museu do Artesanato conta com um rico acervo de artesãos de todo o estado, com peças em barro, renda, madeira e outros suportes; biblioteca Ariano Suassuna e realiza cursos e outras atividades. Já o recente Museu da Cidade concentra boa parte de seu acervo no século XX, com especial ênfase na figura do ex-Presidente do estado João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878-1930), que dá nome à Capital. Algum acervo das expressões populares e das artes plásticas locais ainda integram as exposições. As referências às temporalidades anteriores ao século XX são mais escassas e não há uma maior expressão das culturas dos povos originários e africanos, apenas com referências esparsas a elas. Do mesmo modo que na APL e CCSF, foi elaborado um instrumento avaliativo de Relatório, com as mesmas características.

Figuras 9 e 10 – Registros do estudo do meio realizado no Museu do Artesanato e no Museu da Cidade (26/04/2024).



Fonte: Fotos de Fernanda Lopes.

Salienta-se que nem todos os estudantes puderam comparecer às atividades presenciais (por residirem fora do município, por questões de não liberação no trabalho), o que ocasionou algumas situações de visitas individuais ou de pequenos grupos em datas alternativas, ou de

estudos do meio virtuais, com material produzido localmente em torno de alguns desses espaços.

Caminhando para o final de nosso roteiro, indicamos uma breve conexão percebida no espaço público, seguida de algumas falas de participantes e de breves considerações ao final.

4. Sobre uma interessante conexão de pessoas, tempos e lugares

Ao andar pelo espaço urbano, com a miríade de estímulos à observação, as mais diversas leituras e interações são possíveis, embora muitas tenham escapado às nossas vistas, mas, pelo menos uma, fica aqui registrada.

No cenográfico adro do antigo convento franciscano, dois imponentes leões de Fó esculpidos em pedra no período colonial, guardam a entrada do espaço. O estudioso Teixeira Leite atribui a eles – junto com outros testemunhos – uma marca importante da circularidade cultural entre Brasil e China, a partir da ação de missionários de Ordens Católicas no Oriente. A cerca de seis quarteirões de distância, uma Pastelaria Chinesa ocupa o Prédio Matteo Zaccara, construído por descendente de imigrantes italianos em meados do século XX, próxima a uma série de comércios chineses estabelecidos na mesma rua. Na rua paralela, a um quarteirão de distância, observa-se, um sugestivo restaurante Lampião Oriental, com um simpático desenho de um rapaz chinês com chapéu de couro na cabeça.

Num primeiro momento, parecem coincidências fortuitas, mas, se atentarmos para as conexões possíveis e os contextos, podemos estabelecer ligações de longo curso e longa duração entre Brasil, Itália e China. A ordem missionária criada na Itália por São Francisco trouxe influências de suas atividades no Oriente entre os séculos XVII e XVIII, época na qual construiu seu monumental convento na Paraíba e ali colocou seus leões como guardiões do adro. Mais de dois séculos depois, em meados do século XX, um imigrante italiano construiu um prédio com uma galeria de lojas que leva o seu nome. No início do século XXI, o comércio dessa área já mostrava uma expressiva presença chinesa. A combinação foi a tal ponto que fundiu a China e o Rei do Cangaço, numa mistura que talvez deixasse os antropófagos de Oswald de Andrade perplexos. Uma temática como a globalização, por exemplo, poderia ser estudada de uma forma extremamente instigante, a partir de uma pequena articulação de observações aparentemente dispersas e banais, que, numa aproximação mais atenta, poderiam revelar bastante.

Figuras 11, 12 e 13 – Leão de Fo no adro do Convento Franciscano, Pastelaria Chinesa no Edifício Matteo Zaccara e Restaurante Lampião Oriental, no Centro de João Pessoa.



Fonte: Fotos do autor.

Assim como essa situação, outros cruzamentos temáticos podem ser feitos no rendilhado da cidade, o que permite as conexões aparentemente mais díspares, e revela uma interação mais intensa e familiar ao âmbito da experiência local, uma vez que qualquer cidade é o mundo, expresso numa dimensão local, mas percorrido por forças que atravessam tempos e territórios.

Essas considerações, talvez questionáveis, mostram, no entanto, a possibilidade de realizar diversos cruzamentos de leituras a partir de um olhar que pode estar em um museu ou nas ruas da cidade. Esse olhar está informado pela mesma postura indagativa, aos moldes do que Freire (1982) sugere entre a curiosidade ingênua e a curiosidade crítica. É isso que tentaremos trazer a partir da seleção de algumas falas dos estudantes, constantes nos relatórios de campo que elaboraram como parte do processo formativo/avaliativo.

5. Sobre algumas falas dos participantes

Contamos com várias dezenas de relatórios, dos quais selecionamos pequenos trechos que consideramos representativos das experiências e discussões então desenvolvidas e que confluem para essa discussão sobre o olhar para a paisagem, lembrando a posição de Bloch:

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar (Bloch, 2001, p. 54).

Em linhas muito gerais, são dezenas de estudantes de segundo semestre de curso de graduação, com idades médias em torno dos 19 a 20 anos, muitos dos quais tinham escasso ou nenhum conhecimento dos espaços visitados, especialmente no caso do barco, transporte que

poucos conheciam por experiência própria. Nem todos os relatórios trazem aspectos favoráveis das experiências, seja por objeções quanto à organização ou a questões ambientais, como calor etc. Alguns poucos mostraram certa “pressa” em fazer para constar a nota, sem maior empenho em avaliar a experiência. A maioria trouxe pontos importantes para nossas reflexões e foi difícil selecionar entre tantas falas.

Fazendo um balanço geral da experiência na aula fluvial, Ellen constatou:

Passado o êxtase do alto mar (em verdade, baixo curso do Rio Paraíba), escrever sobre isso acaba sendo mais um relato apaixonado. Estudar é um trabalho difícil, árduo com muitos desafios, confesso, mas há muita paixão e alegria de poder absorver um conteúdo tão rico sobre parte importantíssima da nossa cidade e poder explicar para alguém, é surreal (Relatório de Ellen Mendonça Inácio, 2024).

Percebemos que a estudante associou a ludicidade ao esforço, não contrapondo uma e outro, como se o elemento de diversão não pudesse conviver harmoniosa e construtivamente com a disciplina científica e o rigor acadêmico, tal como mencionamos com Bloch, acerca das relações entre sensibilidade e inteligência. Vale salientar, no caso da aula fluvial, que muitos estudantes chegaram à Marina onde se fez o embarque de trem, em trajeto oposto ao que o barco fez mais tarde, vendo o estuário do Paraíba em dois ângulos e ritmos distintos e conhecendo o transporte ferroviário, pouco familiar à maioria dos participantes.

Já Júlia, a respeito da história local e do Centro de João Pessoa, ressaltou que a experiência tinha aguçado o seu interesse tanto pela história do estado onde estava residindo atualmente quanto, por decorrência, em relação ao seu próprio estado natal. Isso teria aberto um campo de possibilidades e propunha um processo de aprendizagem e futura docência.

Penso ser um ponto positivo para mim como futura docente conhecer muito bem a história de dois estados, o que moro atualmente e o que nasci, mas que ainda não sei como relacionar. A atividade me abriu a mente a respeito de algumas possibilidades e desafios que me aguardam (Relatório de Júlia Ribeiro Pimentel, 2022).

Sobre a interação com o público transeunte nas ruas de João Pessoa, foi um aspecto desafiante. Às vezes o grupo de 20 a 30 pessoas era parado por algum morador de rua, que queria ser ouvido ou pedir dinheiro. A ideia proposta foi, de alguma forma, interagir com essas pessoas no sentido de considerá-las parte da cidadania, convidando-as a dialogar. Às vezes, algumas dessas pessoas falavam de suas memórias do Centro ou mesmo se agregaram à turma. Um caso interessante foi o de uma pessoa chamada Emanuel, que fez questão de dizer que numa dada Quinta-feira Santa teve seus pés lavados pelo Bispo na Catedral. Outra pessoa, que

se apresentou como “Alice no País das Maravilhas”, se encantou com o grupo e seguiu com ele, pedindo dinheiro, mas não deixando de se sentir acolhida, tendo até tomado uma cerveja com os alunos após o encerramento da atividade, numa Praça onde ocorrem rodas de chorinho todos os sábados. Sobre isso, Alexandre anotou:

Esse afastamento das pessoas com o local vai tornando a cidade um ambiente hostil às pessoas, assim elas deixam de possuir um centro de identidade com a região e passam a serem invisíveis. Quando Alice nos deu o seu “telefone” ela termina o seu número com x00 dizendo que ela era um “ninguém” (Relatório de Alexandre Freire Cunha, 2022).

Já André destacou o patrimônio não percebido, não visível ao olhar distraído, mas que se tornava presente ao olhar atento. Também abordou as questões da identidade local e da latitude do conceito de patrimônio:

Conhecer o espaço em que se vive é de importância ímpar, principalmente quando este patrimônio está escondido debaixo do nosso nariz. Como futuro docente, esta atividade é um exemplo claro daquilo que posso e devo realizar com meus futuros alunos, uma volta pela cidade em que estiver, conhecendo seus prédios, monumentos, praças, igrejas, escolas, pessoas etc. Engradecendo, assim, o sentimento de pertencer dos alunos, de desvendarem a história daquilo que lhes cerca, olhar para um local e observar o espírito ali presente, o espírito da história (Relatório de André Lucas Silva Costa, 2021).

Em seu relatório conjunto, Davi e Isabela destacaram aspectos organizativos e conceituais da APL e do CCSF, atentando para abordagens que não traziam toda a gama de conexões que as visitas poderiam suscitar, sugerindo uma maior abertura do leque histórico das questões tratadas.

A ausência de contextualização espacial e geográfica das edificações em ambos os espaços é um ponto que merece reflexão. A carência de mapas e o silêncio quanto à importância desses lugares no contexto cotidiano/residencial/comercial da cidade ao longo dos tempos desvelam uma lacuna presente em boa parte dos museus existentes na cidade. No CCSF, por exemplo, inexiste menção ao entorno do pomar que conduz à Bica dos Milagres, cuja referência só emerge após questionamento nosso, sendo justificada a ausência de visitação devido à suposta insegurança do local. Seria interessante resgatar historicamente a evolução desse espaço ao longo dos séculos, inclusive destacando eventos como o “hediondo” crime cometido por um frade, residente do convento, em 1801 (Relatório de Davi Dantas Mendonça e Isabela Vitória França de Souza, 2024).

Sobre os espaços do Museu do Artesanato e do Museu da Cidade, duas observações críticas de Maxwell problematizam questões importantes:

O principal tema abordado foi: (nome do político). A pessoa e não a cidade. [...] Penso que o turista se encantaria mais com este museu do que um aluno do curso de História, por exemplo. Digo isso pois senti uma ênfase

exacerbada à História política da cidade. Como podemos ver e aprender sobre a História da cidade de (nome da cidade) se não podemos ver os pobres, os escravizados e os indígenas que por aqui passaram e por aqui criaram comunidades e por aqui foram explorados e massacrados? Penso que é fácil para os alunos caírem nessa História política e distante do povo. Assim o passado fica mesmo no passado (Relatório de Maxwell dos Santos Silva, 2024).

Achei um prato cheio para os turistas, mas penso que deveria ter um foco maior nos artistas, com fotos e biografias dos mesmos. E no Museu, senti falta da História clara do casarão e até mesmo sobre a própria Janete Costa. (Relatório de Maxwell dos Santos Silva, 2024).

Afinal, em relação ao Museu da Cidade, como mencionado, parece haver uma ênfase muito maior no personagem político do que na própria cidade. Da mesma forma, no Museu do Artesanato seria importante uma maior presença das pessoas dos artesãos, além de suas artes.

Na atividade na Igreja da Penha, Daniel conseguiu elaborar uma síntese que destacou todos os aspectos da atividade, relacionado à dimensão da astronomia e da relação com a comunidade e o meio ambiente.

[...] foi uma feliz coincidência entre a data da aula e da observação que viria a ter mais tarde naquele dia em razão da primeira foto que se tem registro na Paraíba, tirada em 20/02/1869, exatamente há 156 anos. Nessa introdução, foi pontuada pelo professor a relação da humanidade com os astros, assim como as diferentes formas que a humanidade os usa e os representa. Ainda na apresentação realizada na Igreja da Penha, houve a explicação da foto, da comitiva que estava vindo do Rio de Janeiro para fazer as observações astronômicas, e do projeto Bingo-Esperança no Espaço, belíssima iniciativa de ressocialização de pessoas encarceradas, além da explicação sobre a história da igreja da Penha e da relação dela com a pequena comunidade de pescadores que existe mais abaixo, próxima à praia (Relatório de Daniel Beltrão Moreira Félix, 2025).

Rafael enfatizou o impacto ambiental e dos recentes projetos turísticos sobre a comunidade da Penha:

Ao chegar no santuário da Penha fomos encaminhados para onde se localiza o rio Cabelo e lá abrimos uma discussão sobre aquele rio e seus impactos as populações que dependem dele, além de discutir sobre a questão das futuras gerações de pescadores que ali irão depender do rio, a seguir fomos em direção à praia da Penha onde lhe foi analisado várias questões sobre a época colonial do local, os direitos de propriedade dos pescadores e como o mercado está sufocando essas propriedades (Relatório de Rafael Victor da Cruz P. Sales, 2025).

Entre as pessoas que ficaram para as observações noturnas, Marina destacou o encanto da relação entre ciência, natureza e sensibilidade:

Após as apresentações do projeto e de seus integrantes, foi aberta uma fila para a observação com telescópios construídos por reeducandos da Cadeia Pública da cidade de Esperança (PB), dentro do projeto de ressocialização científica BINGO: Esperança no Espaço. Pessoas de todas as idades estavam animadas e ansiosas para ver Júpiter, Marte, Vênus e a Nebulosa do Caranguejo. Todos agitados e ansiosos para ter o gostinho de ver os planetas. O entusiasmo era visível nos rostos de todos, estampando expressões de felicidade e excitação.

Confesso que a espera na fila foi cansativa, mas o brilho nos olhos das pessoas ao meu redor me convencia a resistir só mais um pouquinho. Quando finalmente chegou minha vez, por volta das 19h, tive a sorte de olhar pelo telescópio exatamente no momento em que apagaram todas as luzes. A escuridão repentina tornou a experiência ainda mais mágica e inesquecível. (Relatório de Marina Eugênia Almeida de Lima, 2025).

Já Ester falou da relação entre o fascínio pela astronomia e história, relacionando-o com a futura docência:

A atividade realizada por iniciativa do professor me fez gostar muito mais da disciplina de Laboratório de História. A partir dela, foi possível enxergar a relação do patrimônio com a experiência social, tão abordada nas aulas. Me senti grata por estar no curso que estou, feliz por estar naquela aula unindo duas coisas que amo: história e astronomia, junto com pessoas especiais, tão empolgadas quanto eu (Relatório de Ester Oliveira Teixeira da Silva, 2025).

Na aula fluvial, Douglas construiu uma série de relações entre o espaço observado e o estuário o como conjunto ambiental e humano. Observa a paisagem como um texto que permite a leitura.

Prosseguindo no roteiro, ao longo do caminho, observamos o mangue muito mais de perto, vendo as grandes raízes das árvores como meio de sobrevivência das matas ciliares. Chegando ao Porto do Capim verifiquei o seguinte: enquanto que os municípios de Cabedelo e Santa Rita, que visitamos, estavam voltados para o rio, o que percebi foi que tanto o bairro do Varadouro quanto o do Baralho estavam voltados para outra direção que não o rio. Decerto, se voltássemos no tempo veríamos um Varadouro e um bairro Baralho muito mais ligados aos rios Paraíba e Sanhauá. Lendo a cidade, nota-se que ela não nasce pronta, ela se modifica e se ressignifica conforme as necessidades. [...] Ao anoitecer, nossos olhares foram ofuscados, mas não deixamos de observar as grandes igrejas do centro “histórico”. Fazendo o mesmo exercício de voltar no tempo, com certeza, elas seriam as maiores construções em pé durante o século XIX na cidade da Paraíba (Relatório de Douglas Marinho S. Rodrigues, 2024).

No mesmo diapasão, Graziela destacou as relações entre paisagem e memória e sua importância para a nossa percepção.

Velejar sobre as águas dos rios e do mar foi fazer o trajeto que diversas pessoas fizeram antes de mim, desbravando os mais belos espaços paraibanos. É possível observar o presente sob o filtro do passado; entender por que a cidade de João Pessoa, antiga Parahyba, começou o seu núcleo

urbano e por que há uma concentração de casas e casarões preservados e tidos como históricos.

Afinal, nem sempre a memória é visível; entender o desenvolvimento e avanço da cidade de João Pessoa e suas regiões metropolitanas é algo imaterial, velejar e apreciar o panorama natural misturado ao urbano, visitar o Farol da Pedra Seca, ver o mesmo pôr do sol que os paraibanos mais antigos viam é preservar as ocupações humanas que nos antecederam (Relatório de Graziela Vieira de Melo e Silva, 2024).

Poderíamos – e na verdade, gostaríamos –, de ampliar o leque dessas falas, que trouxeram bastante qualidade e são um repositório, no nosso entender, significativo de aprendizados e experiências partilhadas. Selecionar entre mais de uma centena de relatórios, muitos com observações bastante qualificadas e do mais alto valor, não é tarefa fácil, e seria possível trazer outras abordagens, outras visadas que talvez nem tenhamos percebido nessa tentativa de síntese. Certamente, alguns estudantes, ao lerem essas linhas, talvez se aborreçam por não terem seus relatórios citados, mas tivemos de fazer uma seleção do que era possível dentro do escopo e dos limites da proposta. Fica aqui a gratidão a todos.

6. Navegar e viver são artes imprecisas e necessidades precisas

A linguagem náutica nos acompanha até aqui. Bordejamos no limite da impertinência, assumindo o nosso “lugar de fora” para falar das relações entre a formação de futuros docentes em história, os museus e o patrimônio. Talvez tenhamos borrado mais do que deveríamos as fronteiras entre as passagens seguras e os escolhos cheios de pedras que naufragam os navegantes incautos. Mas dar aulas de história é sempre uma tarefa de risco.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, radicado em Campinas (SP), esse docente viveu duas experiências, meio anedóticas, uma indireta, outra direta, que demarcam esses riscos. Crianças não são brinquedo e, quando resolvem deixar seus professores atônicos, sabem bem como fazê-lo.

A primeira foi a saia justa de um colega que falava para os seus alunos sobre as navegações e recebeu de um garoto a fatal pergunta “qual era a velocidade das caravelas?”, como uma espécie de visita do imprevisto. Que pergunta era aquela? E como respondê-la? O pior de tudo, era pergunta inteligente e cheia de consequências, que não poderia ficar sem uma resposta decente, mesmo que demandasse uma pesquisa posterior. Ainda não havia internet e passamos uns dias trocando informações entre amigos, até que um deles descobriu a resposta na “Ciência Hoje para as Crianças” e pudemos não apenas satisfazer a curiosidade inteligente

daquela criança, mas também ficar alerta em relação a esses baixios que ameaçam todas as naus.

Algum tempo depois, essa de forma direta, estava eu em frente à célebre Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, com mais de vinte crianças, explicando detalhes da fachada, especialmente de um medalhão com a estigmatização do santo, esculpido por Aleijadinho. Muita atenção e concentração até que outro garoto, mandado por alguma conspiração universal contra os professores de história perguntou:

– Que canhão é aquele?

Não houve mais Aleijadinho que se compadecesse do pobre professor. Toda a criançada queria olhar o tal canhão, cuja existência era ignorada momentos antes. Após o choque de nada saber sobre aquela “arma de guerra” encarapitada na torre de uma igreja barroca, o jeito foi procurar. A sorte é que um providencial “Glossário do Barroco Mineiro” explicava que se tratava de uma “gárgula Bombarda”, ou seja, simplesmente uma estrutura de escoamento da água da chuva em forma de canhão. A honra dos professores de história estava salva por aquele momento!

Figura 14 – Gárgula bombarda. Um “canhão” nada ofensivo, exceto simbolicamente, na torre da bela igreja franciscana de Ouro Preto.

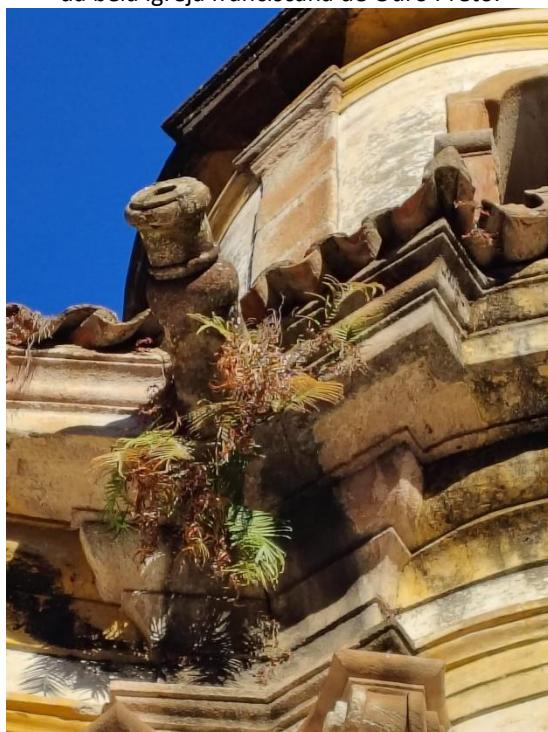


Foto do autor (2025).

O que queremos destacar é a liberdade do olhar e as múltiplas possibilidades e compreensões possíveis. Essas interações diversas fazem com que cada pergunta aparentemente tola e ociosa, se for devidamente pensada, pode trazer questões interessantes para a construção coletiva. Essa questão do olhar permeia esse artigo. Estamos falando aqui de professores e estudantes de história que visitam museus, estejam eles entre quatro paredes ou espalhados pelo tecido urbano. A questão do olhar indagador, da multiplicidade de perspectivas é que parece o norte para uma boa navegação. Se essas artes da história são imprecisas, elas são precisas como formas de olhar o mundo de maneira mais inclusiva e sensível. De conseguir perceber os grandes processos e as histórias modestas.

Ao finalizar, nos remetemos a uma história que parece fora das vistas ou mesmo impressionista, mas nem por isso menos importante e, ao nosso ver, é digna de ser pensada por educadores: a questão da sociabilidade. Formado em História na segunda metade dos anos 1980, meses antes da tal “queda do Muro de Berlim”, parecia àquele jovem e a seus amigos de geração que o futuro estava aberto. As Diretas-já, a campanha de Lula em 1989, tudo aquilo misturava pequenas vitórias e fragorosas derrotas, mas havia um forte caldo de esperança de que as coisas poderiam mudar. Ao virar a esquina no início dos anos 1990, em seguida, o que se prometia era o desalento como horizonte.

Passadas décadas, a perda desse horizonte de esperanças parece afetar a própria sociabilidade. Ele se agravou com a pandemia e a hipocrisia do “novo normal”, que apresenta uma limitação das expectativas para propugnar um mundo conformista e consumista, com farta distribuição de distopias ao gosto de cada freguês.

Ao caminhar pelas ruas com aquelas pessoas recém saídas de um Ensino Médio praticamente de confinamento e em um momento que seria de tantas descobertas na vida, o que levava a um convívio de certa forma temeroso com a universidade, perceber a lenta tessitura de relações de amizade ou de camaradagem parece ser um alento que aponta para outro horizonte esperançoso. De acordo com a lenda, ela parece estar sempre sendo a última a sair da caixa. É possível pensar como propunha Belchior: “Longe o profeta do terror que a laranja mecânica anuncia. Amar e mudar as coisas me interessa mais”. Talvez a felicidade devesse estar no currículo.

E se considerarmos a universidade como lugar de formação, caberiam aqui algumas considerações, talvez não de todo impertinentes. A prevalência de uma lógica produtivista, lastreada em *rankings* de desempenho, concorrência e outros ingredientes dessa sopa

tecnocrática-liberal tem tornado esse espaço, muitas vezes, um ambiente progressivamente inóspito, cada vez menos favorável a uma sociabilidade mais espontânea. E não falamos nem fazemos aqui uma apologia da inação, pelo contrário, temos de ser pessoas felizes e produtivas, disciplinadas, cooperativas, combativas e estimuladas a fazer coisas e fruir delas. Entretanto, apontamos aqui um certo cuidado para que as relações não sejam dominadas por um quantitativismo e utilitarismo envolventes, mesmo que, às vezes, embalados por discursos pretensamente humanistas e afetivos, mas que não escondem o seu bafio de disputas de espaço acadêmico. Os jovens que ingressam nas nossas universidades merecem um ambiente melhor. Nós que nelas estamos, também, embora às vezes não percebamos isso. Repito que talvez a felicidade devesse fazer parte do currículo.

No dia 26 de abril de 2024, cedinho, depois de na véspera a universidade ter recobrado sua autonomia com a eleição das legítimas Reitora e Vice-Reitora, após um período trevoso e ilegítimo, uma turma de estudantes, em dois barcos, estava pronta para sair na jornada pelo estuário do Paraíba. A agitação e a ansiedade eram intensas diante do que viria. Seriam umas oito horas singrando por aquelas águas. E havia certo temor do que elas poderiam revelar, afinal, à parte as precauções necessárias, havia um espírito de aventura – e Marc Bloch não deixou de comparar a pesquisa histórica a um certo gosto pela aventura. Após diversos procedimentos, conversas e surpresas, chegamos a um dos pontos mais esperados do roteiro, o Farol da Pedra Seca. Alguns contemplaram mais ao longe, dos barcos, outros se aventuraram ao se ralar nas pedras que cercavam o farol. Após chegarem, de longe foi feita essa foto, comemorando o fato de estarem ali, e ser bonito de se ver. E de se poder ver.

Figura 15-Turma no Farol da Pedra Seca



Foto: Mariana Siqueira (2024)

Poderia haver mais alguma coisa para se falar nesse momento, mas Isabela deixou o relato que pode fechar essa navegação.

Não muito depois, avistamos os currais de pesca e o Farol da Pedra Seca [...] Com a ajuda do capitão Neno (que apareceu de repente ao nosso lado, como um anjo de providência divina) subimos. Que felicidade! [...] A vista é incrível. Por razões óbvias não tínhamos como fotografar, e acho que foi melhor assim, pois, como diz Eduardo Galeano, existem coisas que fotografias não conseguem - e nem devem - captar (Relatório de Nome da Isabela Vitória França de Souza, 2024).

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. "Estudo do Meio como prática interdisciplinar". In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 273-290.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada Museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. 2 ed. Chapecó: Argos, 2015.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia e NOGUEIRA, Gilberto Ramos (orgs.). *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2012, pp. 67-78.

FREIRE, Paulo. 'Considerações em torno do ato de estudar', de Paulo Freire. In: FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp. 9-12.

LUC, Jean-Noël. As marcas do passado: uma fonte abundante e diversificada. Excertos de LUC, Jean-Noël. *La Enseanza de la Historia a través del medio*. Madrid: Cincel, 1981.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Museu na Cidade X a Cidade no Museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História*. v. 5, n. 8/9. São Paulo: ANPUH, set. 1984/abr. 1985, pp. 197-205.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o Direito ao Passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

VERSIANI, Maria Helena. Patrimônio Cultural: Modos de Ver e Conhecer. In: 8º SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP. Campinas. Anais [...]. Campinas, 2016. Disponível em <https://www.cmu.unicamp.br/viiiseminario/wp-content/uploads/2017/05/Patrimônio-Cultural-modos-de-ver-e-conhecerMARIA-HELENA-VERSIANI.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.